

TERMO DE REFERÊNCIA - TR**1. DO OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de Leiloeiro Público Oficial, por meio de **CREDENCIAMENTO**, para administrar e operacionalizar leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis (equipamentos, mobiliário, veículos, etc.) de propriedade da Conab/SUREG/SP, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O CREDENCIAMENTO de Leiloeiros Oficiais se fundamenta na necessidade de desfazimento de bens inservíveis que se encontram nas instalações físicas no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo e nas suas Unidades Armazenadoras de Bernardino de Campos e Garça, impossibilitando a utilização desses bens nas atividades relacionadas à missão desta Companhia.

2.2. O tipo de material inservível que se pretende leiloar foi sistematicamente substituído por equipamentos novos, em função de desgaste e/ou obsolescência, e armazenado ao longo do tempo nas dependências desta Superintendência Regional. Dessa maneira, considerando que o credenciamento terá duração de 12 (doze) meses, atenderá também às novas demandas, que tenderão a repetir-se.

2.3. Os bens inservíveis são potenciais fontes de dispêndio de tempo e recursos públicos: medidas de conservação, atualização de valores venais, depreciação, amortização, vigilância, energia elétrica, manutenção de armazéns, entre outros. O impacto gerado por esses custos justifica o CREDENCIAMENTO de leiloeiro público, visto que o desfazimento de bens inservíveis é uma medida necessária para o ordenamento de resíduos da atividade pública, bem como da otimização de recursos públicos com a destinação eficiente dos mesmos na atividade precípua do Estado.

2.4. Diante da previsão legal para contratar esse tipo de serviço, considerando a falta de experiência dos empregados desta Superintendência Regional em realizar leilão público e considerando a grande quantidade de bens obsoletos e antieconômicos no âmbito da Superintendência Regional de São Paulo, sugerimos o credenciamento de leiloeiro público, visto que o custo para a concretização desse procedimento é baixo.

2.5. Os leilões serão realizados preferencialmente por via eletrônica visando facilitar os procedimentos de alienação de bens desta Companhia. O procedimento eletrônico também vai ao encontro dos protocolos atuais e dos anseios da atual conjuntura pandêmica.

2.6. O CREDENCIAMENTO do serviço em apreço será por meio de inexigibilidade de licitação, na modalidade chamamento público, com fundamento nos artigos 421, § 1º, e 425 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

2.7. A contratação justifica-se também porque a vigência do último credenciamento de leiloeiro realizado para o mesmo fim da presente contratação, ocorrido em 2022, por meio do processo 21455.000204/2022-96, expirou em 2023, conforme previsão do item 4 do Termo de Referência.

3. DO OBJETIVO

3.1. O Credenciamento atende a presente contratação, uma vez que a condição mais vantajosa para a Conab é a que não envolva nenhum pagamento desta para o CREDENCIADO. Assim, serão credenciados todos os Leiloeiros Oficiais que atendam as exigências do Edital e seus anexos e concordem em administrar e operacionalizar todas as fases do leilão sem exigir quaisquer taxas de comissão da Companhia. A comissão a ser recebida pelo Leiloeiro está prevista no parágrafo único do artigo 24 do Decreto nº 21.981/1932, efetuada diretamente pelos respectivos arrematantes dos bens.

3.2. Nesse processo teremos o ganho na redução da mão de obra orgânica, pois grande parte das atividades inerentes ao processo poderão ser delegadas ao Leiloeiro Oficial. Essas atividades terão sua remuneração previamente estabelecidas bem como sua forma de captação. O ganho se dará em sua forma de agilidade, pois, sendo conduzido por pessoas habilitadas e capacitadas, teremos eficiência, eficácia e efetividade no processo. Temos ainda a opção de conduzir parte do processo de forma eletrônica, que vai ao encontro dos anseios da atual conjuntura pandêmica, que não sabemos quando se findará.

4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência do CREDENCIAMENTO será de 1 (um) ano, admitida a prorrogação por interesse da Conab.

4.2. O prazo de vigência dos Contratos decorrentes do CREDENCIAMENTO será de 60 meses, contados da data da sua assinatura, nos termos do artigo 461 do Regulamento de Licitações e Contratos.

5. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

5.1. Uma vez que esta Superintendência Regional não dispõe de empregados em número suficiente nem devidamente qualificados para operacionalizar um leilão público, o CREDENCIAMENTO de leiloeiro público é a melhor medida para a efetiva prestação do serviço ora necessário.

6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. Não há o que justificar quanto à estimativa de preço, menos ainda uma matriz de risco, uma vez que as despesas (**taxa de comissão do Leiloeiro Oficial**) serão suportadas pelos arrematantes dos bens a serem leiloados.

6.2. O Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932 prevê, no artigo 22, que o Leiloeiro Oficial seja ressarcido de seus custos incorridos nas atividades correlatas. Igualmente, o artigo 24 prevê a comissão sobre o leilão. A taxa mínima de Comissão é de 5% para bens móveis e de 3% para bens imóveis. A jurisprudência não admite qualquer redução nisso.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Os documentos deverão ser apresentados em original; cópia autenticada por cartório competente ou original e cópia para ser autenticada pela Comissão, ou empregado da Conab.

7.2. Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou de documentos de que trata o item 7.1, sendo a apresentação dos referidos documentos de inteira responsabilidade do Leiloeiro Oficial.

7.3. Os interessados no credenciamento deverão formalizar a "Solicitação de Credenciamento" (Anexo I) dirigido à **Comissão**, e instruí-lo obrigatoriamente com a documentação constante no item 8, devendo atender às seguintes exigências:

7.3.1. Ser digitada em 01 (uma) via, em língua portuguesa, conforme modelo constante no Anexo I deste instrumento.

7.3.2. Se possível, ser impressa em papel timbrado ou com marcas e logotipo do Leiloeiro Oficial.

7.3.3. Não poderá conter ressalvas, rasuras, emendas ou entrelinhas.

- 7.3.4. Deverá estar datada e com a indicação do local.
- 7.3.5. Deverá ser remetida por meio eletrônico para o e-mail sp.cpl@conab.gov.br
- 7.4. A participação no certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, caso contrário, poderá ocorrer a inabilitação do CREDENCIANDO, caso este não cumpra as regras e condições fixadas para o atendimento.

8. DO PRAZO PARA O CREDENCIAMENTO

- 8.1. O prazo para o Credenciamento (apresentação da documentação pelos Leiloeiros) será de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data publicação no presente Edital no Diário Oficial da União, de acordo com o artigo 430 do RLC.

9. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Para a habilitação jurídica, os CREDENCIANDOS deverão apresentar todos os documentos relacionados abaixo.
- a) Cédula de Identidade;
 - b) Certidão de matrícula emitida pela Junta Comercial de São Paulo e situação de regularidade para o exercício da profissão, nos termos do Decreto Federal n.º 21.981, de 19/10/1932, e da Instrução Normativa n.º 17, de 5 de dezembro de 2013 (alterada pelas Instrução Normativa DREI n.º 39, de 31 de março de 2017 e Instrução Normativa DREI n.º 44, de 7 de março de 2018), expedida pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI);
 - c) Declaração atestando a regularidade do LEILOEIRO OFICIAL perante a Junta Comercial de São Paulo expedida no máximo 30 (trinta) dias antes de sua apresentação à Conab;
 - d) Certidões Negativas, ou Positivas com efeito negativa, dos distribuidores e das Varas Cíveis e Criminais das Justiças Federal, Estadual, Eleitoral e Militar dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, que comprovem que o LEILOEIRO OFICIAL não foi condenado por crime cuja pena vede o exercício da atividade mercantil.
- 9.2. **Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas;
 - b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
 - c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e Municipal, na forma da lei;
 - d) Certidão negativa de débitos trabalhistas.
- 9.3. **Relativo à Qualificação Técnica:**
- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) ter o requerente executado de forma satisfatória o(s) leilão(ões) do(s) qual(is) foi responsável.
 - b) Comprovação de efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial;
 - I - O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação e assinatura do signatário, indicar as características, quantidades e prazos dos leilões executados pelo participante;
 - II - Poderá ser solicitado ao participante a fim de comprovação do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica cópia(s) do(s) extrato(s) da(s) publicação(ões) que comprove(m) a realização do(s) leilão(ões).
- 9.4. **Declarações a serem prestadas:**
- 9.4.1. Declaração de inexistência de fatos impeditivos (ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES);
- 9.4.2. Declaração de que o participante cumpre o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e demais legislação pertinente (ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES); e
- 9.4.3. Declaração de que não é empregado e não tem parentesco até o segundo grau com empregados desta Companhia (ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÕES).
- 9.5. Será verificada, ainda, a regularidade do credenciando nos seguintes cadastros:
- a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - c) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 9.6. Constatada a existência de sanção, o empregado ou comissão responsável pelo credenciamento reputará o credenciando inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.7. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.
- 9.8. Os documentos deverão ser encaminhados por e-mail, ao endereço sp.cpl@conab.gov.br, pelo candidato ao credenciamento.
- 9.9. Será inabilitado o candidato ao credenciamento que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o pré-estabelecido.
- 9.10. O empregado ou comissão responsável pelo Credenciamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
- 9.11. É facultado a Conab, em qualquer fase do procedimento, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 9.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do candidato, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante o procedimento.

10. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1. Os serviços serão executados somente pelo Leiloeiro Oficial de acordo com a solicitação da Conab, em locais determinados pela CONAB, de fácil acesso aos interessados em participar dos leilões, correndo por conta do Credenciado todas as despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, transporte de pessoal, publicações e quaisquer outras decorrentes da execução do objeto previamente definido.
- 10.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do Credenciado e a Conab, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 10.3. Compete ao Leiloeiro Oficial à condução pessoal do leilão, somente podendo delegar suas funções a um preposto nas hipóteses previstas no artigo 11º do

Decreto nº 21.981, de 19/10/32, com a estrita observância das disposições estabelecidas no Edital mediante comunicação formal e prévia anuência da Conab.

10.4. Para a prestação dos referidos serviços, o LEILOEIRO OFICIAL alocará recursos humanos de seus quadros, além de recursos físicos e tecnológicos, como o ambiente para realização do evento e equipamentos de informática para processamento dos trabalhos, sem qualquer despesa por parte da Conab.

10.5. O CREDENCIADO deverá prestar os seguintes serviços, sem quaisquer ônus para a Conab:

10.5.1. Elaboração de inventário dos bens inservíveis.

10.5.2. Avaliação dos bens pelo valor de mercado, respeitando a avaliação mínima atribuída pela Conab, se for o caso;

10.5.3. Organização de bens em lotes, atribuindo o valor do lance inicial.

10.5.4. Disponibilização de pessoal qualificado para organização dos lotes considerando o prazo estabelecido entre assinatura do contrato e a realização do leilão.

10.5.5. Elaboração do edital de cada leilão, submetendo-o à prévia aprovação da Conab.

10.5.6. Elaboração e encaminhamento à Conab do extrato do edital do leilão para publicação no Diário Oficial da União e em jornais locais;

10.5.7. Disponibilização instalações adequadas para realização do evento no local indicado pela Conab, em ambiente agradável, com condições de conforto aos interessados;

10.5.8. Realização do leilão em até 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação da Conab.

10.5.9. Disponibilização de estrutura de tecnologia para viabilizar a participação de interessados via internet, recebendo lances **on line**, com interatividade entre os lances ofertados de maneira presencial e eletrônica.

10.5.10. Registro de lances **on line** mediante processo de autenticação de usuários pré-cadastrados, garantindo a segurança e consistência dos lances ofertados nesta modalidade.

10.5.11. Cobrança de valores dos arrematantes.

10.5.12. Recolhimento do valor arrecadado com a venda dos lotes, bem como a parcela da comissão que cabe à Administração sobre o valor de 5% (cinco por cento) obtido na comissão a ser paga pelo arrematante do bem, por meio de Guia de Recolhimento Único (GRU), em até 5 (cinco) dias úteis, contados do aceite da prestação de contas referente ao leilão.

10.5.13. Emissão de documentos fiscais e recebimento da taxa de comissão do LEILOEIRO OFICIAL, de acordo com os parâmetros legais.

10.5.14. Informar para a Conab sobre a entrega dos bens aos arrematantes após o respectivo pagamento.

10.5.15. Disponibilização de notas de arremates (ou documento equivalente), emitidas por lote arrematado, constando no mínimo as seguintes informações: nome do arrematante, CPF ou CNPJ, endereço, telefone, e o valor do lance.

10.5.16. Estabelecimento, no edital do respectivo leilão, de prazos para retirada dos lotes e de multas relativa às obrigações do arrematante.

10.5.17. Elaboração e apresentação, em até 10 (dez) dias úteis, da ata do leilão, relatórios, documentação fiscal, demonstrativos financeiros, documentos fiscais decorrentes da alienação dos bens e outros documentos solicitados pela Conab relacionados à realização do leilão.

10.5.18. Recolhimento do valor arrecadado com a venda dos lotes, por meio de Guia de Recolhimento Único (GRU), em até 5 dias úteis, contados do aceite da prestação de contas referente ao leilão.

10.5.19. Demais tarefas necessárias ao bom andamento do leilão.

11. DO LOCAL E PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1. A execução dos serviços será iniciada em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.

11.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência deverão ser realizados no âmbito da SUREG/SP (Alameda Campinas nº 433, ED. Veloso de Castro- Térreo, 2º, 3º e 5º andares, Jardim Paulista, São Paulo/SP - CEP: 01404-901) e/ou nas suas Unidades Armazenadoras de Bernardino de Campos (Rua Manoel Augusto Plantiel s/, Bernardino de Campos/SP - CEP: 18960-000) e Garça (Av. Dr. Gastão Vidigal, nº 360 - Vila Salgueiro - Garça/SP - CEP: 17400-000), de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas.

12. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1. Não será exigida garantia dos serviços no CREDENCIAMENTO em apreço.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. As obrigações decorrentes do chamamento público serão formalizadas por meio de contrato a ser celebrado entre a CONAB e o proponente credenciado, e observará os termos do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC/Conab, e demais normas pertinentes.

13.2. O proponente credenciado será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o contrato.

14. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A atividade de gestão e fiscalização do presente Contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos artigos 535 a 540 do RLC.

14.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma do artigo 486 do RLC.

14.3. Nos termos dos artigos 543 e 544 do RLC, será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

14.4. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Credenciado ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no §2º do Artigo 519 do RLC.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE/CONAB

15.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Credenciado, de acordo com as cláusulas contratuais e as exigências do Edital e seus anexos;

15.2. Notificar o Credenciado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

15.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o Credenciado e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

15.4. Comunicar ao Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no curso da execução dos serviços, para que seja reparado ou corrigido;

15.5. Propiciar ao Credenciado condições para a plena execução deste contrato;

15.6. Assegurar ao Credenciado e seus empregados, quando devidamente identificados, o livre acesso aos locais onde estão dispostos os bens móveis permanentes;

15.7. Fornecer ao Credenciado os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de embarraços, ônus e pendências;

- 15.8. Designar a Comissão de Licitação Especial, que providenciará o levantamento bens, os registros das respectivas informações necessárias, bem como deliberar sobre a proposta de avaliação, executada pelo Leiloeiro Oficial Credenciado, dos bens postos em leilão;
- 15.9. Informar ao Credenciado, por escrito, os dados dos empregados responsáveis pela fiscalização e gestão do Contrato;
- 15.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado por meio de empregado ou comissão especialmente designados;
- 15.11. Providenciar a publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Oficial da União;
- 15.12. Deliberar sobre a prestação de contas do Leiloeiro Oficial Credenciado, referente à venda dos bens postos em leilão, aprovando-a ou rejeitando-a, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do seu recebimento;
- 15.13. Possibilitar ao Leiloeiro Oficial Credenciado a retirada dos bens relativos ao leilão ou entregá-los nas dependências do Leiloeiro Oficial, conforme agendamento previamente realizado entre as partes, caso haja necessidade de utilização das dependências do Credenciado para armazenagem dos bens;
- 15.14. Planejar em conjunto com o leiloeiro contratado todas as fases do leilão, de modo que possam ser rigorosamente cumpridas as exigências legais;
- 15.15. Receber do Leiloeiro Oficial Credenciado, em até 5 dias, a informação sobre eventual fracasso da venda;
- 15.16. A Conab não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- 16.1. A CREDENCIADO se obriga a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus anexos, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e no Código de Processo Civil, no que for aplicável, especialmente o disposto no art. 879;
- 16.2. Realizar o(s) leilão(ões) público(s) dos bens relacionados no dia e horário previamente definidos pela Conab, no local acordado pelas partes, e dentro das normas do Edital;
- 16.3. Assumir que todas as despesas incorridas na execução do leilão, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à Conab nenhuma responsabilização por tais despesas;
- 16.4. Realizar às suas expensas a divulgação do leilão em endereço eletrônico e confeccionar material publicitário impresso sobre o leilão, sob forma de cartilha, livreto, folheto, etc., identificando sempre a melhor forma de publicidade de acordo com a natureza do bem ofertado e os possíveis interessados em adquiri-los, além de divulgar o leilão, pelo menos por uma vez em jornal de circulação regional e na imprensa oficial, fazendo constar, na divulgação do evento na Internet e no material impresso, a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;
- 16.5. Tornar conhecidas, quando da publicidade dos eventos, as condições das vendas, formas de pagamento, entrega dos bens, estado, qualidade e quantidade;
- 16.6. Ouvida a Conab, elaborar a minuta de edital, fazendo constar a descrição dos bens e o lugar onde se encontram;
- 16.7. Submeter-se aos valores dos bens postos em leilão apresentados pela Comissão, quando for o caso;
- 16.8. Providenciar os meios necessários para garantir a segurança dos bens a serem levados a leilão, dos interessados e demais pessoas envolvidas no evento nos dias a serem efetivados os leilões;
- 16.9. Providenciar a remoção dos bens quando requerido pela Conab, mantendo-os sob a sua guarda na condição de depositário e administrador, somente nas hipótese em que os bens forem leiloados no recinto da credenciado;
- 16.10. Apresentar Apólice de Seguros em relação ao depósito, em valores a serem determinados de conformidade com o volume de bens colocados sob sua guarda, como forma de assegurar à Conab a restituição dos valores por consequência de incêndios, roubos, explosões e intempéries de qualquer natureza, quando da assinatura do Contrato, na hipótese em que os bens forem leiloados no recinto do credenciado;
- 16.11. Exercer pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional ao seu preposto, devendo ainda dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados, tanto na publicidade como, e principalmente, na tarefa de identificar os possíveis interessados, independentemente do seu valor e da sua liquidez;
- 16.12. Ter pleno conhecimento do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC/Conab, principalmente no que se refere ao seu capítulo VI.

17. DA REMUNERAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. A remuneração do Leiloeiro Oficial Credenciado será constituída exclusivamente da comissão de 5% (cinco por cento) calculada sobre o valor de venda de cada bem, ou lote, negociado em leilão, cobrada, sem a interveniência da Conab, pelo próprio Leiloeiro Oficial, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens, conforme prescreve o § 2º do artigo 42 do Decreto nº 21.981/32, c/c o parágrafo único do artigo 24 do mesmo decreto.
- 17.2. O Leiloeiro Oficial renuncia expressamente ao pagamento da comissão prevista no *caput* do artigo 24 do Decreto 21.981, de 19 de outubro de 1932, bem como ao ressarcimento de toda e qualquer despesa com anúncios, catálogos, mala direta, entre outros, recebendo apenas a comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante.
- 17.3. As despesas com a realização dos trabalhos mencionados neste instrumento correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro Oficial Credenciado.
- 17.4. O Leiloeiro Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.
- 17.5. Em hipótese alguma o Leiloeiro Oficial poderá realizar retenção parcial ou total do valor de venda dos bens, que será repassado integralmente à Conab, pela via de Guia de Recolhimento da União - GRU.

18. DO REAJUSTE

- 18.1. A comissão de 5% paga ao leiloeiro é um percentual legal fixo e irredutível.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será admitida a subcontratação dos serviços objetos do credenciamento.

20. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 20.1. Não se aplica a alteração subjetiva, visto que o credenciamento será efetivado com pessoa física, ou seja, diretamente com o leiloeiro público, afastada qualquer relação empregatícia.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

21.2. Se o Leiloeiro Oficial Credenciado inadimplir nas obrigações assumidas, no todo ou em parte, a Administração comunicará à Junta Comercial de São Paulo, para as medidas de sua competência, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital, no contrato, e das demais cominações legais.

22. DA RESCISÃO CONTRATUAL

22.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos artigos 568 a 572 do RLC.

22.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

22.3. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

22.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se ao Credenciado o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do RLC.

22.5. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta a assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior.

22.6. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

23. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

23.1. Conforme disposto no parágrafo único do artigo 12 do RLC e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pelo CREDENCIAMENTO;
- c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;
- d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

24. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

24.1. Compete ao Credenciado, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no artigo 10 do RLC.

24.2. O Credenciado se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

25. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

25.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação

25.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo III do Termo de Referência.

25.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo III do Termo de Referência.

26. DAS VEDAÇÕES

26.1. É vedado à parte Credenciada:

- a) empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição; e
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CREDENCIANTE, salvo nos casos previstos em lei;
- c) caucionar ou utilizar o Contrato decorrente deste Termo de Referência para qualquer operação financeira;
- d) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto do Credenciamento.

27. DA VINCULAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

27.1. Consideram-se integrantes do Credenciamento, o Termo de Referência da Inexigibilidade de Licitação SEI n.º 51950256/2026 e seus Anexos, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

27.2. O CREDENCIADO se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas neste Termo de Referência.

28. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

28.1. Os casos omissos serão decididos pela CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas no Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e Contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas, do Decreto n.º 21.981/1932 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos Contratos.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Os bens a serem alienados serão determinados pela Conab e informados para o CREDENCIADO em até 30 dias antes da data prevista para a realização do respectivo leilão.

29.2. Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Modelo de solicitação de credenciamento;

- b) Anexo II - Minuta de Contrato Administrativo
- c) Anexo III - Matriz de Riscos
- d) Anexo IV - Modelo de Declarações

Elaborado por:

Área Demandante:

JOANNEZ FERNANDES SANTOS
Setad/SP
Analista Administrativo

RICARDO LASMAR CARNEIRO
Setad/SP
Encarregado

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovo o presente Termo de Referência e seus anexos em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação ao credenciamento em apreço.

FELIPE HERRERA STANCARI
Gerência de Finanças e Administração
Gerente de Área

RENATA DE MORAES VICENTE CAMARGO
Superintendência Regional de São Paulo
Superintendente Regional

Anexo I

SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

Eu, , Leiloeiro Oficial na forma do Decreto nº 21.981, de 1932, com registro na Junta Comercial de São Paulo, sob o nº , e endereço profissional à Rua/Avenida, Bairro , CEP , Cidade/UF_____, telefones_____, email_____, venho perante esta Comissão manifestar meu interesse em realizar meu credenciamento junto à Superintendência Regional da Conab de São Paulo, com o objetivo de participar de Leilões Públicos nos termos previstos no Edital de Credenciamento nº01/2026 e seus anexos, destinados à alienação de bens móveis inservíveis.

DECLARO, por este ato jurídico, ter prévia ciência e compreensão, em tempo hábil e suficiente, do objeto, das cláusulas e dos requisitos constantes do edital acima identificado, havendo anuência integral às condições nele estabelecidas.

Por ser verdade, firmo a presente manifestação de vontade.

Local e data,
Nome do Leiloeiro Oficial
Leiloeiro Oficial - nº (Registro na Junta Comercial)

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º 21455.000168/2026-94

CONTRATO N.º: [número do contrato]

**CONTRATO QUE
ENTRE SI CELEBRAM**

**A COMPANHIA
NACIONAL DE
ABASTECIMENTO -**

**CONAB E O
LEILOEIRO PÚBLICO
OFICIAL ____ PARA**

**ADMINISTRAÇÃO E
OPERACIONALIZAÇÃ
DE LEILÕES DE BENS
MÓVEIS**

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada aos 19 de dezembro de 2017, publicada no DOU de 19/01/2018, Seção 1, retificado conforme publicação no DOU do dia 23 de janeiro de 2018, Edição 16, seção 1, página 4, com sede em Brasília-DF, no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, CNPJ nº 26.461.699/0001-80, Inscrição Estadual nº 07.122.550-1, e Superintendência Regional do Estado de São Paulo – SUREG/SP, localizada à Alameda Campinas, 433 – Jardim Paulista, em São Paulo-SP, CNPJ nº: 26.461.699/0071-93 e Inscrição Estadual nº: 104.826.605.113, neste ato representada pela Superintendente Regional do Estado de São Paulo, **RENATA DE MORAES VICENTE CAMARGO**, nomeada pela Portaria nº 104 de 12/4/2017, e por seu Gerente Administrativo, **FELIPE HERRERA STANCARI**, nomeado pela Portaria nº 721 de 27/11/2025, parte doravante denominada **CONTRATANTE** ou **CREDENCIANTE**, e o **LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL** _____, pessoa física, brasileiro, estado civil, domiciliado no endereço _____, com numero de registro na Junta Comercial _____, parte doravante denominada **CONTRATADO** ou **CREDENCIADO**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo n.º 21455.000168/2026-94, referente ao CREDENCIAMENTO N.º 01/2026, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelo Edital e seus anexos, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, pela Lei nº 13.303, de 2016, pelos Decretos nº 21.981/1932, e demais legislação pertinente, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Este Contrato tem por objeto a contratação de Leiloeiro Público Oficial para administração e operacionalização de leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis (equipamentos, mobiliário, veículos, etc.) de propriedade da Superintendência Regional de São Paulo - SUREG/SP, conforme especificações, condições, quantidades e exigências detalhadas neste Contrato e estabelecidas no Termo de Referência e no Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, conforme artigo 461 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA FORMA DE REMUNERAÇÃO

3.1 O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços, objeto deste contrato, recebendo, a título de comissão, uma taxa de **5% (cinco por cento)**, calculada sobre o valor de venda dos bens arrematados.

3.2 A referida taxa de comissão deverá ser cobrada diretamente de cada arrematante, na ocasião do leilão, não cabendo a CONTRATANTE a responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelo comprador, nem pelos gastos pendidos pelo CONTRATADO para recebê-la.

3.3 Não será devido ao CONTRATADO nenhum outro pagamento além da comissão referida nesta cláusula terceira.

3.4 As despesas com a execução dos leilões correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro Público Oficial contratado.

3.5 O Leiloeiro Público Oficial será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas, e quaisquer outros ônus que se fizerem necessários a execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO

4.1 A forma de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no item 10 Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

5.1 As obrigações da **CREDENCIANTE** são aquelas previstas item 15 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

6.1 As obrigações da **CREDENCIADO** são aquelas previstas item 16 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 As sanções administrativas relacionadas à execução do contrato estão previstas no item 21 do Termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

8.1 A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas no credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão exercidos de acordo com o item 14 do Termo de Referência e conforme disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1 O Contratado receberá diretamente do Arrematante a comissão de 5% (cinco por cento) do valor do bem arrematado, percentual legal fixo e irredutível.

10.2 A Contratante não responderá, nem mesmo solidariamente, pela solvência e adimplência dos arrematantes.

10.3 Em hipótese alguma será o Contratante responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1 Devido às características desta execução contratual, não há pagamento por parte da Contratante , logo não há que se falar em reajuste de preços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.2 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no item 22 do Termo de Referência e no Título VII, do Capítulo VIII do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS VEDAÇÕES

13.1 É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

14.1 Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;

b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pelo credenciamento e contratação;

c) de pessoa física que tenha rompido seu vínculo empregatício com a Conab há pelo menos (06) seis meses;

d) de pessoas físicas que tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RLC, na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos, e demais normas federais aplicáveis às empresas públicas e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1 A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo-SP, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

Por estarem justas e acordadas firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, de de 2026.

Pela Contratante:

Testemunha 1:

Pela Contratada:

Testemunha 2:

ANEXO III
MATRIZ DE RISCOS

Matriz de Riscos para Credenciamento de Leiloeiro Público Oficial							
1. Objeto: Leilões destinados ao desfazimento de bens móveis inservíveis (equipamentos, mobiliário, veículos, etc.) de propriedade da Conab/SUREG/SP							
Fase	Identificação			5. Avaliação		Tratamento ao Risco	
	2. Evento de Risco	3. Causas	4. Consequências	Probabilidade(P)	Impacto(I) 6. Nível de Risco (P) x (I)	7. Resposta ao evento do Risco	8. Responsável

Planejamento	Avaliação do bem que não reflita os preços praticados no mercado, para a venda de bens semelhantes e no mesmo estado de conservação.	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do bem por fornecedores que não estejam interessados na compra; - Avaliação superestimada do bem; - Desconhecimento das especificidades do bens móveis por parte do avaliador; 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda dos bens por valor muito abaixo do valor de mercado, caso a avaliação seja subestimada; - Nenhum interessado em participar da licitação, no caso do valor de referência estar superestimado; 	2	3	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Obter avaliação do bem com no mínimo 03 (três) empresas do ramo; - Desconsiderar propostas de preços manifestamente inexequíveis; 	Contratante/Contratado
Planejamento	Previsão incompleta dos elementos obrigatórios na elaboração da Nota de Demanda e Termo de Referência (Ex: Da documentação, obrigações, Sanções).	<ul style="list-style-type: none"> - Falha na elaboração da norma (NOC 60.211), bem como nos modelos de Termo de Referência de Chamamento Público, disponibilizados no SEI. - Falta de conhecimento e/ou atenção aos detalhes do Termo de Referência no momento da elaboração do Edital e Contrato. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possível paralisação do processo na fase de elaboração do edital; - Culminação de dificuldades / problemas durante a realização do credenciamento. 	2	3	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Cuidado por parte da área demandante ao elaborar a Nota de Demanda e o Termo de Referência; - Realizar check list após a elaboração do Termo de Referência; - Análise de contratações anteriores/similares, buscando identificar falhas. 	Contratante
Seleção do fornecedor	Não previsão de todos os elementos obrigatórios e/ou previsão incompleta dos mesmos na elaboração do Edital de Credenciamento.	<ul style="list-style-type: none"> - Falha na elaboração da norma (NOC 60.211), bem como nos modelos de Termo de Referência de Chamamento Público, disponibilizados no SEI. - Falta de conhecimento e/ou atenção aos detalhes do Termo de Referência no momento da elaboração do Edital e anexos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Culminação de dificuldades / problemas durante a realização do credenciamento; - Possibilidade de Credenciamento fracassado ou deserto. 	2	3	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Atenção e análise dos procedimentos pertinentes ao elaborar o Edital e Contrato. - Realizar check list após a elaboração do Edital e Minuta de Contrato visando atender a todos os elementos necessários. - Estudos mais completos durante a fase de planejamento para subsidiar as fases subsequentes. 	Contratante
Seleção do fornecedor	Credenciamento fracassado ou deserto.	<ul style="list-style-type: none"> - Participação de leiloeiros que não cumpram com as exigências do Edital durante a realização da contratação. - Nenhum leiloeiro interessado em participar do credenciamento. - Leiloeiro sorteado não respeitar o prazo para assinatura do Contrato previsto no Edital; 	<ul style="list-style-type: none"> - Não contratação de leiloeiro público oficial; - Permanência dos bens no armazém/pátio das Unidades Armazenadoras; - Prejuízo (gastos com licenciamento e seguro obrigatório) e retrabalho à Conab. - Dispensar o procedimento licitatório, frustrando a concorrência pública. - Desgaste da imagem da Companhia (ineficiência). 	2	3	Médio	<ul style="list-style-type: none"> - Razoabilidade nas exigências estabelecidas no Edital e seus anexos; - Observar o princípio da igualdade, não exigindo itens que afastem a competitividade; - Realizar ampla divulgação quando da publicação do instrumento convocatório. 	Contratante/Contratado

Seleção do fornecedor	Impugnação ao Edital.	<ul style="list-style-type: none"> Má definição do objeto e exigências presentes nos instrumentos convocatórios; Participantes agindo de má-fé para retardar a contratação ou visando o direcionamento do instrumento convocatório; 	<ul style="list-style-type: none"> Paralisação do processo de credenciamento até regularização; Atraso na alienação do objeto; Eventual judicialização da questão; 	2	3	Médio	<ul style="list-style-type: none"> Atenção e análise dos procedimentos pertinentes ao elaborar o Edital e anexos; Razoabilidade nas exigências; estabelecidas no Edital e anexos; Observar o princípio da igualdade, não exigindo itens que afastem a competitividade; Análise da impugnação de maneira célere e criteriosa. Ampla e irrestrita observância aos Normativos e princípios que tratam do tema. 	Contratante/Contratado
Seleção do fornecedor	Nenhum licitante apresenta documentação prevista em instrumento convocatório.	<ul style="list-style-type: none"> Desconhecimento das exigências do Edital e seus anexos; Falha nas formalidades no momento da apresentação da documentação exigida em Edital; 	<ul style="list-style-type: none"> Licitação frustrada; Retrabalho à Conab; 	3	3	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> Ampla divulgação das condições estabelecidas em Edital; Correta prestação de esclarecimentos pela Conab aos esclarecimentos apresentadas; 	Contratada
Seleção do fornecedor	Apresentação/recebimento de documentação falsa ou vencida no ato do credenciamento.	<ul style="list-style-type: none"> Imperícia/falha na conferência da documentação Má fé ou inobservância do participante. 	<ul style="list-style-type: none"> Possibilidade de contratação de empresa e/ou profissional indevido. Possibilidade de pagamento indevido ao contratado. Abertura de Processo Interno de Apuração de Responsabilidade. 	1	1	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> Apresentação de Documentos originais com cópias autenticadas em cartório, ou verificação no ato do recebimento conferindo com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais. 	Contratante/Contratado
Seleção do fornecedor	Falha na conferência da documentação apresentada pelos participantes do Credenciamento.	<ul style="list-style-type: none"> Desatensão no ato da conferência dos documentos exigidos do Edital e anexos. 	<ul style="list-style-type: none"> Contratação de empresa e/ou profissional indevido. Possibilidade de pagamento indevido ao contratado. Abertura de Processo Interno de Apuração de Responsabilidade 	1	1	Baixo	<ul style="list-style-type: none"> Revisão minuciosa da documentação pela equipe de planejamento. 	Contratante
Gestão de Contrato	Leiloeiro não prestar contas à Conab no prazo estabelecido do leilão realizado ou não efetuar o recolhimento, mediante GRU, dos valores apurados no leilão.	<ul style="list-style-type: none"> Má fé ou inobservância do participante. 	<ul style="list-style-type: none"> Eventual necessidade de judicialização da questão. Eventual perda dos valores arrematados pela Conab. Atraso no processo de alienação dos bens e/ou na entrega aos arrematantes. Denúncia à Junta Comercial da Bahia. 	1	4	Médio	<ul style="list-style-type: none"> Previsão de sanções no instrumento convocatório; Tomada de medidas tempestivas por parte da Conab; Análise criteriosa da documentação exigida em Edital. 	Contratado

1. Descrição do objeto previsto para alienação de bens ou para o credenciamento de leiloeiro oficial.

2. O risco é um evento incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da alienação de bens ou para o credenciamento de leiloeiro oficial.

3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.

4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.

5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida nas tabelas abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer

Descritor	Descrição	Nível
-----------	-----------	-------

Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5
6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:		
Nível de Risco		
1 a 2	Baixo	
3 a 6	Médio	
8 a 12	Elevado	
15 a 25	Extremo	
7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.		

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

Identificação do leiloeiro: _____

Declaro:

- a) a inexistência de fatos impeditivos em participar do Credenciamento de leiloeiro nº 1/2026;
- b) que cumpro o disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e demais legislação pertinente; e
- c) que não sou empregado e não tem parentesco até o segundo grau com empregados desta Companhia

Data: _____

Assinatura: _____

São Paulo, 16 de abril de 2026



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO LASMAR CARNEIRO, Encarregado (a) de Setor - Conab**, em 17/04/2026, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOANNEZ FERNANDES SANTOS, Analista Administrativo - Conab**, em 17/04/2026, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATA DE MORAES VICENTE CAMARGO, Superintendente Regional - Conab**, em 17/04/2026, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE HERRERA STANCARI, Gerente de Área Regional - Conab**, em 17/04/2026, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51950256** e o código CRC **DA77FE52**.

Referência: Processo nº.: 21455.000168/2026-94

SEI: nº.: 51950256